



Número: **0800018-59.2016.8.15.0381**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Itabaiana**

Última distribuição : **13/01/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
N. R. S. D. S. (AUTOR)		Gabriel Pontes Vital (ADVOGADO) RAFAEL PONTES VITAL (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2724258	13/01/2016 10:53	Petição Inicial	Petição Inicial
2724263	13/01/2016 10:53	Doc01 Procuração	Procuração
2724265	13/01/2016 10:53	Doc02 Declaração de pobreza	Documento de Comprovação
2724269	13/01/2016 10:53	Doc03 Certidão de nascimento	Documento de Comprovação
2724270	13/01/2016 10:53	Doc04 Certidão de óbito	Documento de Comprovação
2724273	13/01/2016 10:53	Doc05 Laudo cadavérico	Documento de Comprovação
2724275	13/01/2016 10:53	Doc06 Laudo da Polícia Rodoviária Federal	Documento de Comprovação
2724278	13/01/2016 10:53	Doc07 Documentação pessoal	Documento de Identificação
2724279	13/01/2016 10:53	Doc08 Comprovante de residência	Documento de Identificação
2725515	13/01/2016 12:38	Despacho	Despacho
3561979	25/04/2016 11:39	Carta	Carta
3561981	25/04/2016 11:39	Mandado	Mandado
3561982	25/04/2016 11:39	Mandado	Mandado
3801086	17/05/2016 10:02	Diligência	Diligência
3890689	25/05/2016 08:36	AR	Documento de Comprovação
3890699	25/05/2016 08:36	ar 0800018-59	Documento de Comprovação
4133579	17/06/2016 12:22	Termo de Audiência	Termo de Audiência
4133578	17/06/2016 12:22	termo aud 0800018-59	Termo de Audiência
4175976	22/06/2016 12:48	Despacho	Despacho

95539 93	05/09/2017 09:04	Mandado	Mandado
96392 73	17/09/2017 14:49	Parecer pelo Ministério Público	Parecer
16821 808	26/09/2018 11:05	Petição - Julgamento da Lide	Petição
17701 446	30/12/2018 23:15	Sentença	Sentença
31316 861	05/06/2020 13:26	Mandado	Mandado
33266 220	16/08/2020 21:55	Petição	Petição
33266 221	16/08/2020 21:55	Execução / Cumprimento de Sentença	Execução / Cumprimento de Sentença
33266 222	16/08/2020 21:55	Doc 01 Planilha de Cálculos	Documento de Comprovação
33689 653	27/08/2020 15:37	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
35793 240	22/10/2020 12:01	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
35793 247	22/10/2020 12:01	ATOS CONSTITUTIVOS BRADESCO SEGUROS	Procuração
35793 248	22/10/2020 12:01	SUBSTABELECIMENTO DR. SUÉLIO	Substabelecimento
35797 709	22/10/2020 13:03	Petição	Petição
35797 712	22/10/2020 13:03	2750837_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_04	Outros Documentos
35797 715	22/10/2020 13:03	2750837_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_03	Outros Documentos
35797 716	22/10/2020 13:03	2750837_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_02	Outros Documentos
35797 717	22/10/2020 13:03	2750837_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_01	Outros Documentos
40760 116	18/03/2021 07:55	Despacho	Despacho
44306 488	09/06/2021 17:27	Petição - Resposta a Impugnação	Petição
44306 489	09/06/2021 17:27	Doc 01 Contrato de Honorários	Documento de Comprovação
46549 650	02/08/2021 16:01	Petição	Petição
46549 652	02/08/2021 16:01	2750837_PETICAO_INTERLOCUTORIA_01	Outros Documentos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____VARA MISTA DA
COMARCA DA CIDADE DE ITABAIANA - PB**

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, brasileira, menor impúbere, inscrita no CPF sob o n.º 133.826.014-60, residente e domiciliada na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58.360-000, Itabaiana – PB representada, neste ato, por sua genitora, a Sra. **NATALICIA SANTOS DE MELO**, brasileira, estudante, portadora do RG n.º 3930338, inscrita no CPF sob o n.º 111.040.204-08, residente e domiciliada na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58.360-000, Itabaiana – PB , por intermédio dos seus advogados legalmente habilitados (procuração – doc.01), com endereço profissional na Av. João Machado, n.º. 553, Sala 116, 1º Andar, Emp. Plaza Center, Centro, João Pessoa – PB, vêm, perante este Juízo, com fulcro nos arts. 275,II,"d" e 282 do CPC c/c a Lei n.º. 6.194/1974, ajuizar

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS

em face de **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93, situada no Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, CEP 58013131 João Pessoa-PB, João Pessoa - PB, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a aduzir:

I. JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, a promovente pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita (Art.3º da Lei nº. 1060/1950), isentando-a dos pagamentos das custas processuais, uma vez que ela não tem como arcar com as custas e as despesas relativas ao processo.



II. FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA

Em 27 de julho de 2015, o pai da promovente (certidão de nascimento - doc.03), o senhor Rosinaldo Rodrigues da Silva, faleceu em virtude de acidente automobilístico (certidão de óbito – doc.04/laudo cadavérico – doc.05), quando trafegava de motocicleta na BR230 (doc.06 - laudo da Polícia Rodoviária Federal).

Desse modo, por ser a única filha da vítima do citado sinistro, somente restou à autora recorrer à tutela jurisdicional do Estado para receberem o prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).

III. FUNDAMENTÇÃO JURÍDICA

a) Acidente automobilístico – Morte – Indenização – Legitimidade ativa

Conforme se denota do Laudo Cadavérico fornecido pelo Departamento de Medicina Legal (doc.05), o senhor Rosinaldo Rodrigues da Silva faleceu em decorrência de acidente automobilístico, ensejando, com isso, o pagamento do seguro para cobertura dos danos pessoais, nos termos estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº. 6.194/1974:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Da dicção destes dispositivos, infere-se que, como o Rosinaldo Rodrigues da Silva faleceu, a promovente tem direito, consoante preconiza o artigo 792 [\[1\]](#) do Código Civil, ao recebimento da indenização para o cobrimento dos danos pessoais (DPVAT), eis que resta inconcusso o preenchimento dos requisitos estampados no artigo 5º [\[2\]](#) da Lei nº. 6.194/1974.

O acidente e os danos decorrentes estão demonstrados pelos documentos fornecidos pelo Departamento de Medicina Legal (doc.05), estes que atestam, de forma indubitosa, que o Sr. Rosinaldo Rodrigues da Silva faleceu após ser vítima de um acidente automobilístico, conforme conclusão da Polícia Rodoviária Federal (doc.06).

Por outro lado, está clara a legitimidade da parte autora, uma vez que é herdeira necessária, possuindo, por conseguinte, pertinência subjetiva para figurar no polo ativo do presente feito, pois é a única pessoa que têm direito ao recebimento do seguro DPVAT.



IV. PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) O deferimento dos benefícios da justiça gratuita, já que, a requerente é pobre na forma da lei;

b) A **CONDENAÇÃO** da seguradora promovida a **PAGAR** à promovente, a título de indenização por danos pessoais causados por veículo automotor de via terrestre, a importância de **R\$13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), devidamente atualizada com juros moratórios e correção monetária.

V. REQUERIMENTOS FINAIS

Requer, ainda:

a) A **citação da parte promovida** VIA POSTAL no endereço supra indicado, na pessoa do(s) seu(s) representante(s) legal(is), para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia e confissão, *ex vi* arts. 225 do Código de Processo Civil, fazendo-se constar no Mandado de Citação a advertência dos efeitos da revelia que consta no art. 285 e 319 do CPC;

b) A condenação da promovida a arcar com os ônus sucumbenciais, pagando as custas processuais e os honorários advocatícios.

VI. PROVAS

Protesta e requer, por fim, pela produção das provas de todos os gêneros de provas admitidas em direito e moralmente legítimos, especialmente pela perícia, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas e etc.

VII. VALOR DA CAUSA

Atribui à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa – PB, 13 de janeiro de 2016.



GABRIEL PONTES VITAL

OAB/PB nº 13.694

RAFAEL PONTES VITAL

OAB/PB nº 15.534

[1] Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

[2] Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, brasileira, menor impúbere, representada por sua genitora **NATALICIA SANTOS DE MELO**, brasileira, estudante, portadora do RG n.º 3930338, inscrita no CPF sob o n.º 111.040.204-08, ambas residentes e domiciliadas na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58360000, João Pessoa-PB.

OUTORGADOS:

GABRIEL PONTES VITAL, OAB/PB n.º 13.694; **RAFAEL PONTES VITAL**, OAB/PB n.º 15.534; e **SONALDO VITAL DE OLIVEIRA**, OAB/PB n.º 17.632, todos com endereço profissional na Av. João Machado, n.º 553, 1.º Andar, Sala 116, Centro, João Pessoa, Paraíba, CEP: 58013-520, onde deverão receber as notificações e intimações de estilo.

PODERES:

O(s) Outorgante(s) nomeia(m) e constitui(em) o(s) OUTORGADOS seus bastantes procuradores; onde com estas se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-los em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 38 do Código de Processo Civil, outorgando ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for(em) autor(es), réu(s), assistente(s) ou oponente(s), podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para transigir, desistir, reconvir, concordar, discordar, ratificar, receber quantias e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere(m) os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicia et extrajudicia" podendo substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especialmente, poderes para declarar estado de pobreza, conforme art.1º, da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

João Pessoa – PB, 18 de agosto de 2015.

Natalicia Santos de Melo

NATALICIA SANTOS DE MELO
OUTORGANTE



Declaração de estado de pobreza para fins judiciais

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, brasileira, menor impúbere, representada por sua genitora **NATALICIA SANTOS DE MELO**, brasileira, estudante, portadora do RG n.º 3930338, inscrita no CPF sob o n.º 111.040.204-08, ambas residentes e domiciliadas na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58360000, João Pessoa-PB, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

João Pessoa-PB, 18 de agosto de 2015.

Natalicia Santos de Melo
NATALICIA SANTOS DE MELO
Declarante





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

5º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE TAMBAÚ

Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho, nº 115/202 – Mag Shopping

Manaíra – João Pessoa/PB – CEP: 58.037-000

Tel. (83) 3048-1120

Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Interventor

CERTIDÃO DE NASCIMENTO N.º 34881

MATRÍCULA

069245 01 55 2011 1 00056 018 0034881 20

Certifico que, às folhas 018, do livro A-00056, de Registro de Nascimento, foi feito hoje o assento de **NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA**, nascida no dia seis do mês de novembro do ano de dois mil e onze (06/11/2011), às 16 horas e 36 minutos, na Maternidade Cândida Vargas, desta Capital, conforme DNV Nº 30-57094783-0, do sexo feminino, filha de *Rosinaldo Rodrigues da Silva* e *Natalicia Santos de Melo*. São avós paternos: Rosilene Rodrigues da Silva e maternos: Severino Ramos de Melo e Maria da Penha dos Santos.

Foi declarante *o pai da registrada* e testemunhas dispensadas nos termos da Lei 9.997/2000.

Observações: Esta certidão não contém rasuras. O registro foi lavrado no dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e onze (08/11/2011).

O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 8 de novembro de 2011.



Rogério Nascimento Albuquerque
Escrevente Autorizado

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

286247





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

ROSINALDO RODRIGUES DA SILVA

MATRÍCULA:

0712410155 2015 4 00004 031 0001655 77

SEXO masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 26 anos
NATURALIDADE/UF Itabaiana-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 093.065.834-51
ELEITOR SIM - Nº 038969281295, Zona: 6 - PB		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) ROSILENE RODRIGUES DA SILVA. Residia na(o) Rua João Batista do Nascimento, 95, no município de Itabaiana-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO vinte e um de julho de dois mil e quinze - 09:00		DIA 21
		MÊS 07
		ANO 2015
LOCAL DO FALECIMENTO Em via pública: na Curva da Melância, BR 230, KM 66 no município de São Miguel de Taipu-PB		
CAUSA DA MORTE Traumatismo abdominal causado por acidente de trânsito		
NOME DO MÉDICO / CRM Silvana Aranha Trigueiro - CRM: 4838		LOCAL DO SEPULTAMENTO Cemitério Público no município de Itabaiana-PB
DECLARANTE KALLYGMA RALLYMA RODRIGUES TEIXEIRA, irmã do falecido, brasileira, casada, com 21 anos de idade, Estudante, residente e domiciliada: R. Projelada, 14 - Bairro Alta Vista 1, Itabaiana-PB, natural de Itabaiana-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Observações: Registro lavrado em 30/07/2015, no Livro C-00004, Nº 1655, folha 31. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 225114798. Deixou 01 (uma) filha menor: Natalyany Roberta Santos da Silva e deixou bens.		
NOME DO OFÍCIO Cartório Falcão		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. São Miguel de Taipu-PB, 30 de Julho de 2015
OFICIAL REGISTRADOR Patrícia Cavalcante Falcão Granja		_____ Patrícia Cavalcante Falcão Granja Oficiala do Registro Civil
MUNICÍPIO/UF São Miguel de Taipu-PB		Selo Digital: ABE24470-9F7W Consulte a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br
ENDEREÇO Praça Elias Cavalcanti s/n Centro São Miguel de Taipu-PB - CEP 58334000 Fone: (83)88552269 E-mail: cartoriofalcão@gmail.com		09.300.005/0001-04 REGISTRO CIVIL E TABELIONATO FALCÃO Praça Elias Cavalcanti s/n Centro - CEP: 58.334-000 São Miguel de Taipu-PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 469215

LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Fábio de Almeida Gomes, Gerente executivo / João Pessoa atendendo a solicitação expedida da(o) 6ªDD Santa Rita/PB de nº 324/2015 datada de: 21/07/2015, designou um(a) Perito(a) Oficial Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado como sendo de: ROSINALDO RODRIGUES DA SILVA, Nacionalidade: Brasileira, Estado civil: ignorado, 26 anos, Natural de: ignorado, Sexo: Masculino, Raça/cor: Pardo. Filho de: Pai não mencionado e Rosilene Rodrigues da Silva, residente na ignorado, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

HISTÓRICO: Consta na requisição da autoridade policial: "Que, a vítima sofreu um acidente de trânsito, aonde veio a óbito no local".

Exame realizado em: 21/07/2015 às 14:25h.

I - INSPEÇÃO EXTERNA:

Cadáver de sexo masculino, de cor parda, que mede 170cm de estatura, de complexão física normolínea, apresentando bom estado de nutrição e de conservação; trajando camisa verde, calça preta, meca cinza, bota preta, está em semi-rigidez cadavérica e mostra livores de hipóstase em dorso; estando o cadáver em boas condições de análise. O couro cabeludo dá implantação a cabelos negros e não apresenta sinais de afundamentos ou fraturas. Maiores detalhes da face no exame Odonto Legal em anexo. Face: escoriação em região nasal e frontal à direita e ferimento contuso no mento de 02 cm. O pescoço não permite a execução de movimentos anormais. Tórax: escoriações em região torácica à esquerda. Depressibilidade torácica à esquerda. Abdômen: escoriações tipo arrastão em região abdominal à esquerda. Genitália externa: masculina, sem alterações. Membros superiores: fratura completa e exposta do úmero direito, com exposição dos tecidos musculares de 20 cm e outra lesão contusa com exposição dos tecidos musculares de 18 cm em axila direita. Fratura completa do antebraço direito. Membros inferiores: amputação do pé esquerdo traumática. Dorso: ferimento contuso em região lombar à esquerda. II - INSPEÇÃO INTERNA: CAVIDADE CRANIANA: Feita uma incisão bi-mastoidea, rebatido o escalpo, foi constatado sem infiltrado hemorrágico. Abóbada craniana sem fratura. CAVIDADE TÓRACO-ABDOMINAL: Feita incisão fúrculo-pubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes torácica e abdominal e retirado o plastrão condro esternal observamos fratura das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª costelas à esquerda, lesão contusa em ambos os pulmões, coração íntegro. Hemotórax bilateral. Abdome: laceração de fígado, ruptura de diafragma bilateral, laceração de baço e rins bilateralmente, ruptura de alças intestinais, fratura de pelve na altura da sínfise púbica e fratura de coluna lombar aproximadamente na altura de L6, L7 e L8, hemoperitônio. Exames complementares: Colhido sangue para alcoolemia. Terminada a necropsia e após a reconstituição do cadáver, passa a perita a responder aos quesitos:

[Assinatura]
PERITO
CRIMINAL

1/2



RESPOSTAS AOS QUESITOS:

- 1 - SE HOUVE MORTE? SIM.
- 2 - QUAL A CAUSA DA MORTE? TRAUMATISMO ABDOMINAL CAUSADO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO.
- 3 - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A MORTE? CONTUNDENTE.
- 4 - SE FOI PRODUZIDA POR MEIO DE FOGO, VENENO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL? PREJUDICADO.

E para constar foi exarado o presente laudo que segue devidamente rubricado com versos em branco e assinado pela perita anteriormente nomeada.


Dr(a) Silvana Aranha Trigueiro
Perito Oficial Médico-Legal
Mat:168.244-0 CRM 4838/PB





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1481062 - JOCELINO ITALO ACIOLI CARTAXO **Data/Hora do Acidente (hora local):** 21/07/2015 08:00 **BR:** 230 **KM:** 66,6
Município/UF: SAO MIGUEL DE TAIPU/PB **Tipo de Acidente:** Colisão Transversal **Sentido da Via:** Crescente
Fase do dia: Pleno dia **Condições da Pista:** Molhada **Restrições de Visibilidade:** Inexistente
Sinalização existente: Vertical, Horizontal **Sinalização luminosa:** Inexistente **Condição meteorológica:** Nublado
Houve danos ao patrimônio da União? ☐ Sim ☐ Não **Data e horário da solicitação:** _____
Houve solicitação de perícia? ☐ Sim ☐ Não **Data e horário do** _____
A perícia compareceu ao local do sinistro? ☐ Sim ☐ Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

cerca de três metros de defesa.

Houve danos ao patrimônio de terceiros? ☐ Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? ☐ Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural **Tipo de Localidade:** Não edificada

Existe acostamento? ☐ Sim ☐ Não **Estado de Conservação:** Bom **Há desnível?** ☐ Sim ☐ Não **É pavimentado?** ☐ Sim ☐ Não **Largura (m):** 3,5

Possui defesa? Conservada **Possui meio-fio?** Não existe **Possui sarjeta?** Não existe

Existe canteiro central? ☐ Sim ☐ Não **Estado de Conservação:** Bom **Largura (m):** 5 **Tipo de inclinação:** Depressão

Obstáculo ao Cruzamento: Sarjeta **Estado de Conservação do Obstáculo:** Bom

Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom **Ocupação:** Livre

Cerca: Não existe **Pista de Rolamento - Estado de Conservação:** Bom **Tipo:** Dupla **Qtd. de Faixas:** 2

Tipo de Pavimento: Asfalto **Perfil:** Rampa >= 3% **Traçado:** Curva **Curva Vertical:** Não Existe **Superelevação:** Sim

Superlargura: Sim **Largura da Pista (m):** 21 **Estreitamento:** Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Documentos possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CROQUI

Local Preservado

BR-230
Km
0066,6

LEGENDA:

- Automóvel
- Veículo Trator
- Pedestre
- Ponto B
- Ponto P
- Ponto C
- Ônibus
- Animal
- Capotagem
- Caminhão
- Tombamento
- Incêndio
- Local da colisão
- Marcha à ré
- Placa de Trânsito
- Trem
- Conjugado
- Objeto Fixo
- Ponto A'
- Ponto A
- Antes da Colisão
- Marca de Frenagem
- Veículo Ausente
- Reboque/Semi-reboque
- Triângulo de Amarração
- Veículo de 2 ou 3 rodas
- Marcha à frente
- Patinagem ou Derrapagem
- Depois da Colisão

CAMPINA GRANDE JOÃO PESSOA

Latitude do Ponto C: _____ Longitude do Ponto C: _____
Referência do Ponto A/A': _____ Referência do Ponto B: _____
Distância AB (m): _____ Distância AC (m): _____ Distância BC (m): _____

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

Narrativa da Ocorrência:

Conforme averiguações realizadas no local do acidente, no município de São Miguel de Taipu/PB no km 66,6 da BR 230, verificamos através dos vestígios e declarações orais de testemunhas, que o V1, MMC/PAJERO TR4 FLEX, placas OEU 3699/PB, seguia o fluxo da rodovia na faixa da esquerda, sentido João Pessoa a Campina Grande, quando derrapou e colidiu V2, Honda/CG150 Fan, placa NQB 7441/PB, que seguia na faixa da direita e cujo condutor caiu com a motocicleta e colidiu na defesa metálica; após a colisão entre os veículos, V1 capotou, parando com as rodas no chão e no sentido contrário ao fluxo da via; V2, após a colisão com a defesa, incendiou-se.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: OEU-3699 Sequencial: V1 Descrição: _____ Chassi: 93XFRH77WCCB63011 Renavam: 00347972918
Marca/Modelo: MMC/PAJERO TR4 FLEX Cor: PRATA Ano: 2012 Tipo: Utilitário Emplacamento: JOAO PESSOA/PB
Ocupantes: 1 Espécie: _____ Categoria: Particular
Proprietário: AZUILA BRAGA LACERDA CPF/CNPJ: 161.471.704-49
Endereço: AV MANOEL C SOUZA 356 CASA 00356 CASA CEP: 58.045-090
Município/UF: _____ Telefones: _____

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: _____ Placa U2: _____ Placa U3: _____ Placa U4: _____
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Sim Capotagem? Sim Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom

Descrição do Recolhimento: _____

DADOS DA CARGA

Carregamento: _____ Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: _____ Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: _____ R\$0,00 Produto Perigoso: _____
Descrição da Carga: _____

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Posto PRF Data/Hora da Recepção (hora local): 21/07/2015 11:50 Motivo: Remoção
Responsável pela Recepção: CARTAXO
Documento do Responsável: e-DRV
Município/UF: SOBRADO/PB Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Composto possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=1601131051282490000002694759>
Número do documento: 1601131051282490000002694759

Num. 2724275 - Pág. 2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

Remoção.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NQB-7441 **Sequencial:** V2 **Descrição:** **Chassi:** 9C2KC1680ER458709 **Renavam:** 00992009324
Marca/Modelo: HONDA/CG150 FAN ESDI **Cor:** VERMELHA **Ano:** 2014 **Tipo:** Motocicletas **Emplacamento:** TABAIANA/PB
Ocupantes: 2 **Espécie:** **Categoria:** Particular
Proprietário: ROSINALDO RODRIGUES DA SILVA **CPF/CNPJ:** 093.065.834-51
Endereço: RUA RUA JOAO BATISTA 95 CASA 00095 CASA **CEP:** 58.360-000
Município/UF: **Telefones:**
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: **Placa U2:** **Placa U3:** **Placa U4:**
Origem: BRASIL **Destino:** BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo **Saída de Pista?** Sim **Derrapagem?** Sim **Capotagem?** Não **Tombamento?** Sim
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve **Colisão com Objeto Móvel:** Não Houve **Incêndio?** Sim
Marcas de Frenagem (m): 0,0 **Estado dos Pneus:** Não Há
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: **Houve Derramamento de Carga?** Não **Extensão dos Danos:** **Moeda:** Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 **Produto Perigoso:**
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Posto PRF **Data/Hora da Recepção (hora local):** 21/07/2015 11:50 **Motivo:** Remoção
Responsável pela Recepção: CARTAXO
Documento do Responsável: e-DRV
Município/UF: SOBRADO/PB **Descrição do Encaminhamento:** Remoção.

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/OEU-3699
Nome/Apelido: NATHALIA BRAGA LACERDA
Data de Nascimento: 28/05/1988 **Sexo:** Feminino **Estado Civil:** Não Informado
Nome do Pai: JOSE ARARI LACERDA
Nome da Mãe: AZUILABRAGA LACERDA
Endereço: R. MANOEL CAVALCANTI DE SOUZA, 356, CABO BRANCO **CEP:** . -
Município/UF: JOAO PESSOA/PB **Telefones:** **Grau de Instrução:** Não Informado
Naturalidade: **Nacionalidade:** BRASIL **Ocupação Principal:**
CPF: 084.208.114-32 **Documento de Identificação:** 3271494 **Órgão Expedidor:** SSP /PB
Origem: **Destino:**
Estado Físico: Lesões Graves **Socorrido pela PRF?** Não **Usava Cinto?** Sim **Usava Capacete?** Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não **Havia Vestígio de Ingestão de Alcool?** Não
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim **Categoria CNH:** B **Registro CNH:** 04998849537/PB **Primeira Habilitação:** 02/08/2010
Validade CNH: 25/03/2020 **País CNH:** **Dormia?** Não **Km Percorridos:** **Horas Dirigindo:** Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: SAMU **Responsável pela Recepção:** SAMU
Documento do Responsável: --- **Data/Hora da Recepção (hora local):** 21/07/2015 08:30
Município/UF: JOAO PESSOA/PB **Motivo:** Socorro
Descrição do H. TRAUMAS.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Campos possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 3



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V2/NQB-7441
Nome/Apelido: ROSINALDO RODRIGUES DA SILVA
Data de Nascimento: 14/06/1989 **Sexo:** Masculino **Estado Civil:** Não Informado
Nome do Pai:
Nome da Mãe: ROSILENE RODRIGUES DA SILVA
Endereço: R. JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO, 95 **CEP:** -
Município/UF: ITABAIANA/PB **Telefones:** **Grau de Instrução:** Não Informado
Naturalidade: **Nacionalidade:** BRASIL **Ocupação Principal:**
CPF: 093.065.834-51 **Documento de Identificação:** 3407900 **Orgão Expedidor:** SSP /PB
Origem: **Destino:**
Estado Físico: Morto **Socorrido pela PRF?** Não **Usava Cinto?** Não Aplicável **Usava Capacete?** Ignorado
Existe Declaração em Anexo? Não **Havia Vestígio de Ingestão de Álcool?** Ignorado
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim **Categoria CNH:** AB **Registro CNH:** 06239903354/PE **Primeira Habilitação:** 24/11/2014
Validade CNH: 24/11/2015 **País CNH:** **Dormia?** Não **Km Percorridos:** **Horas Dirigindo:** Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: IML/DML **Responsável pela Recepção:** NUMOL
Documento do Responsável: --- **Data/Hora da Recepção (hora local):** 21/07/2015 11:00
Município/UF: JOAO PESSOA/PB **Motivo:** Auxílio-lio
Descrição do Óbito.

PESSOAS ENVOLVIDAS

Tipo de Envolvido: Passageiro **Veículo:** V2/NQB-7441 /
Nome/Apelido: ELIANE MACARIO DA COSTA **Sexo:** Feminino **Data de** 29/12/1976
Nome do Pai:
Nome da Mãe: BERENICE PESSOA DA COSTA
Endereço: R. SANTA RITA, 304 **CEP:**
Município/UF: ITABAIANA/PB **Naturalidade:** **Nacionalidade:** BRASIL
CPF: 000.120.934-59 **Documento de Identificação:** **Orgão Expedidor:** **Telefones**
Estado Civil: Não Informado **Grau de Instrução:** Não Informado
Ocupação Principal: **Origem:** **Destino:**
Estado Físico: Lesões Graves **Socorrido pela PRF?** Não **Usava Cinto?** Não Aplicável **Usava Capacete?** Ignorado
Existe Declaração em Anexo? Não
Transcrição da Declaração:

Pertences:

Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO ENVOLVIDO

Tipo de Receptor: SAMU **Responsável pela Recepção:** SAMU
Documento do Responsável: -- **Data/Hora da Recepção (hora local):** 21/07/2015 08:30
Município/UF: JOAO PESSOA/PB **Motivo:** Socorro
Descrição do Encaminhamento: Socorrido para H. Traumas.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Campos possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 4 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 4



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1 / MMC/PAJERO TR4 FLEX	Placa: OEU-3699
Nome do Agente/Assinatura: JOCELINO ITALO ACIOLI CARTAXO	Nº BOAT: 83379048
Registro/Matrícula do Agente: 1481062	Data: 21/07/2015 08:00

Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA	Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
1	Teto	1	X			26	Longarina traseira esquerda	3		X	
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3		X	
3	Painel corta fogo	3		X		28	Assoalho porta-malas / Assoalho	1		X	
4	Painel dianteiro	1		X		29	Caixa de rodas traseira direita	3		X	
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3		X	
6	Longarina Completa / Caixa de roda esq.	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3		X	
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2	X		
8	Chassi porção dianteira (veículos carga)	3		X		33	Lateral traseira direita	1	X		
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1	X			34	Coluna traseira externa direita	1		X	
10	Suspensão dianteira esquerda	2	X			35	Coluna traseira externa e estrutura direita	3		X	
11	Coluna dianteira externa esquerda	1	X			36	Porta traseira direita	1		X	
12	Coluna dianteira externa e estrutura esq.	3		X		37	Coluna central externa direita	1		X	
13	Porta dianteira esquerda	1	X			38	Coluna central externa e estrutura direita	3		X	
14	Soleira externa esquerda	1		X		39	Soleira externa direita	1		X	
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3		X		40	Soleira externa e estrutura direita	3		X	
16	Assoalho central esquerdo	3		X		41	Assoalho central direito	3		X	
17	Coluna central externa esquerda	1		X		42	Porta dianteira direita	1		X	
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3		X		43	Coluna dianteira externa direita	1		X	
19	Porta traseira esquerda	1	X			44	Coluna dianteira externa e estrutura direita	3		X	
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1		X	
21	Coluna traseira externa e estrutura esq.	3	X			46	Suspensão dianteira direita	2	X		
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda dir.	3		X	
23	Suspensão traseira esquerda	2		X		48	Longarina parcial / Avental direito	1		X	
24	Tampa traseira	1	X			Soma de todos os pontos assinalados na coluna "SIM":			17		
25	Painel Traseiro / divisor	1		X		Soma de todos os pontos assinalados na coluna "NA":			0		
Total de pontos "SIM" + "NA":								17			

ITENS NÃO PONTUÁVEIS

Item	Descrição do componente	SIM	NAO	Item	Descrição do componente	SIM	NAO
49	Air Bag Motorista		X	55	Faróis	X	
50	Air Bag Passageiro		X	56	Lanternas (dianteiras, laterais, e/ou traseiras)		X
51	Air Bag Lateral		X	57	Retrovisores externos (direito e/ou esquerdo)	X	
52	Local gravação VIN		X	58	Pára-choques (dianteiro e/ou traseiro)	X	
53	Pára-brisa	X		59	Rodas/pneus	X	
54	Vidros laterais e/ou traseiros	X					

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☒ Dano de Pequena Monta: até 20 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
- ☐ Dano de Média Monta: de 21 a 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
- ☐ Dano de Grande Monta: acima de 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou não existente

NA = Item que não foi possível avaliar o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048
Comunicação: C1919075
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V2 / HONDA/CG150 FAN ESDI **Placa:** NQB-7441
Nome do Agente/Assinatura: JOCELINO ITALO ACIOLI CARTAXO **Nº BOAT:** 83379048
Registro/Matrícula do Agente: 1481062 **Data:** 21/07/2015 08:00

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Guidão, suas fixações e comandos nele instalados.	2	X		
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2	X		
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2	X		
4	Motor e suas fixações.	2	X		
5	Eixo do garfo traseiro	2	X		
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2	X		
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2	X		
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	2	X		
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1	X		
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1	X		
11	Alça traseira	1	X		
12	Assento (fixação e firmeza)	1	X		
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	2	X		
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2	X		
Descrição- Componentes estruturais					
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3	X		
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3	X		
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3	X		
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3	X		

Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" E "NA" :

36

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☐ **Dano de Pequena Monta:** até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.
- ☐ **Dano de Média Monta:** acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.
- ☒ **Dano de Grande Monta:** quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou Não Existente

NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33
NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Documento possui valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 6



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048

Comunicação: C1919075

*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1 / MMC/PAJERO TR4 FLEX

Placa: OEU-3699

Nome do Agente/Assinatura: JOCELINO ITALO ACIOLI CARTAXO

Nº BOAT: 83379048

Registro/Matrícula do Agente: 1481062

Data: 21/07/2015 08:00



Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33

NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Documentos possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 7 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 7



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83379048

Comunicação: C1919075

*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V2 / HONDA/CG150 FAN ESDI

Placa: NQB-7441

Nome do Agente/Assinatura: JOCELINO ITALO ACIOLI CARTAXO

Nº BOAT: 83379048

Registro/Matrícula do Agente: 1481062

Data: 21/07/2015 08:00



Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 14/10/2015 11:44:33

NÚMERO DE CONTROLE: 4b341d8c6c6e6b48

* Documentos possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 8 de 8



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310512824900000002694759>
Número do documento: 16011310512824900000002694759

Num. 2724275 - Pág. 8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.63



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

Netadicia Santos de Melo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CASA DA MOEDA DO BRASIL



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	3.960.338	DATA DE EXPEDIÇÃO	11/05/2011
NOME	NATALICIA SANTOS DE MELO		
FILIAÇÃO	SEVERINO RAMOS DE MELO MARIA DA PENHA DOS SANTOS		
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO		
ITABAIANA-PB	10/12/1991		
DOC ORIGEM			
NASC.N.16817 FLS.124 LIV.A 18			
CPF CARTORIO DE ITABAIANA PB			
111.040.204-08			
João Pessoa - PB			
ASSINATURADO DIRETOR			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			
CASA DA MOEDA DO BRASIL			



 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
133.826.014-60

Nome
NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA

Nascimento
06/11/2011

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



	Departamento de Operação da Distribuição		AGT: 113 Nº: 5450457CA Protocolo: 37299003	
	Ordem de Serviço		Formulário 54504570	Situação Serviço Atend Pendente 144 AGP2
ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				
CDC: 0000104962 Nome: NATALICIA SANTOS DE MELO			Roteiro: 05-113-350-7520	
End: RUA JOAO BATISTA DO NASCIMENTO 95 CENTRO			CEP: 58360000	
E-Mail: _____ Dispositivo de Corte: _____ Porta: _____ Medição: NORMAL				
Dados Cadastrais			Reclamações	
Logr.: 75583 Tel.: 83991160603 CPF: 11104020408 Doc.: CI Nº Doc.: 3960338			Clas.: _____	
TP: Física IP: Tributaria Reaviso: Correio RS: Subter Gr.For.: Baixa Gr.Fat.: TF: 9			Qtd.: 0	
Lig: Monofásico Fase: A Perdas: 0 Classe: 1 Sub-Classe: 1 Gr.: MTC Subgr.: B1			Tipo: _____	
Ativid.: 999 99999 99999 Órg.Públ.: _____ SubAgrup: Venc.: _____				
Medidor kWh - Instalação		Medições		Medidor kWh - Retirada
				Telemediação
Nº Qtd DÍgitos Pontas Fora Pontas Pontas Fora Pontas		Leituras Pontas Fora Pontas		CP: _____
00000258346 5 1				CS: _____
Medidor kVArh - Instalação		Medidor kVArh - Retirada		Medidor Shunt Slot
				01: _____
Nº Qtd DÍgitos Pontas Fora Pontas Pontas Fora Pontas		Leituras Pontas Fora Pontas		02: _____
				03: _____
Declaração da Carga			Regularização de Cliente	
Total (W): 6000 Proteção: _____ Condutor (RS - RE) mm2: _____				
Cobrança de Serviço		Cobrança de Material		Corte Realizado
Taxa Serviço: _____ Cobrança: Não		Cod. Mat.: _____ Qtde.: _____		
Motivo		Local Medidor		Data Prevista para Aferição
083 - Confirmação de número da UC		3 - Medição Interna.		
Material Instalado				Material Retirado
Cod.	Qtde.	Cod.	Qtde.	Cod.
Dados Estatísticos				
Data/hora solicitação	Data/hora saída	Data/hora início trab	Data/hora término trab	Data/hora retorno
11/08/2015 11:51				
Local Origem	Odômetro saída	Odômetro chegada	Nº. tar. exec.	Homem hora
113 - ITABAIANA				
Domicílio de Entrega				
Cod:	Postagem:	Nome:		
Endereço:				Cidade:
UF:	Cep:			
Observações				
CLIENTE TITULAR DA FATURA PEDE QUE SEJA AUTERADO O CEP PARA 58360000 CLIENTE CIENTE DE PZ E CUSTO ATD ARQUIMEDES COAT				
Ponto de Referência				
PERTO DA ACADEMIA VIGOR /// CASA DE DAMIÃO				
Emissor OS				
Local		Data		Assinatura do Cliente
				<i>Natalicia Santos de Melo</i>



Serviço: VERIFICAÇÃO CADASTRAL

Prezado cliente, para saber o andamento de sua solicitação entre em contato com nossa Central de Atendimento através do número 0800 083 0196

Data: 11/08/2015



Assinado eletronicamente por: Gabriel Pontes Vital - 13/01/2016 10:52:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16011310515273600000002694763>

Número do documento: 16011310515273600000002694763

Vistos, etc.

Para audiência de conciliação e julgamento, designo o dia 25/05/2016, às 10:00.hs, para isto, citando-se a parte ré, ora Promovida, dos termos da presente ação de cobrança, com antecedência prevista no art. 277 do Código de Processo Civil e advertência de que, deixando de comparecer em juízo na data supra mencionada, reputar-se-ão verdadeiros os fatos contidos na inicial, salvo se do contrário resultar as provas contidas nos autos.

Intimem-se.

Itabaina, 13/01/2016



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Itabaiana
Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000
ITABAIANA
(83) 3218-1448

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800018-59.2016.8.15.0381

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

N o m e : NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA
Endereço: Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000
N o m e : B R A D E S C O S E G U R O S S / A
Endereço: AV BARÃO DO TRIUNFO, 455, VARADOURO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58010-400

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Mista de Itabaiana, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Instrução e Julgamento Sala: Geral Data: 25/05/2016 Hora: 10:00**, ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, em JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 330 do Código de Processo Civil, podendo na oportunidade apresentar resposta, oral ou escrita, e produzir provas documentais ou testemunhais.

ITABAIANA, em 25 de abril de 2016.

RENATA BEATRIZ PEREIRA MACIEL LUCENA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXXXXXXX





2ª Vara Mista de Itabaiana

**Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000
ITABAIANA
(83) 3218-1448**

Nº do processo: 0800018-59.2016.8.15.0381
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda ao ao oficial de justiça, a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para comparecer nesta Unidade Judiciária no dia 25/05/2016 pelas 10:00hs., para audiência de conciliação, instrução e julgamento.

Advogado: GABRIEL PONTES VITAL OAB: PB13694 Endereço: desconhecido Advogado: RAFAEL PONTES VITAL OAB: PB15534 Endereço: AV JOÃO MACHADO, 116, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

ITABAIANA, em 25 de abril de 2016.

De ordem, RENATA BEATRIZ PEREIRA MACIEL LUCENA
Mat.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX



2ª Vara Mista de Itabaiana
Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000
ITABAIANA
(83) 3218-1448

Nº do processo: 0800018-59.2016.8.15.0381
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUDIÊNCIA - AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Mista de Itabaiana manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte:

Nome: NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, na pessoa da sua representante legal,
N A T A L I C I A S A N T O S D E M E L O
Endereço: Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000

para comparecer a audiência abaixo descrita:
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: Geral Data: 25/05/2016 Hora: 10:00 .

ITABAIANA, em 25 de abril de 2016.

De ordem, RENATA BEATRIZ PEREIRA MACIEL LUCENA

Mat.



CERTIDÃO

Certifico e Dou Fé, que dei cumprimento ao mandado retro, Intimando a Sra. Natallyany Roberta Santos da Silva, na pessoa de sua genitora a Sra. Natalicia Santos de Melo, que ficou bem ciente de todo o conteúdo do mandado, aceitando a Contrafé que lhe ofereci.

Itabaiana-PB, 17 de Maio de 2016

João Batista de Pontes

Oficial de Justiça

Mat. 470.432-1



SEGUE AR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

AO(A)
REPRESENTANTE LEGAL DO(A)
BRADESCO SEGUROS AS
AV. BARÃO DO TRIUNFO, 455, VARADOURO
JOÃO PESSOA – PB
CEP: 58.010-400
CIT.INT. 0800018-59.2016 DATA 25/05/16 ÀS 10:00HS

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Isabelle Ferreira Barbosa

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

03/05/16

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Valdo Alves de Carvalho
15-177.983-8

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

ACITABAIANA

29 ABR 2016

PB

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

SA 34644969 0 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

h : h : h

2ª VARA

Tórium Des. Almir Carneiro da Fonseca

Rodovia PB - 054, Km 18, Alto Alegre - Itabaiana - PB

CEP -- 58360-000

telefone (83) 3281-1383 e (83) 3281-1448/ e-mail: lyn.2vara@tjpb.jus.br

UF

BRASIL
BRESIL



segue termo





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª VARA DA COMARCA DE ITABAIANA

Aos 25 dias do mês de maio de 2016, às 10:00 horas, nesta cidade de Itabaiana, Paraíba, na Sala de Audiências da 2ª Vara, presentes a Juíza de Direito, SHIRLEY ABRANTES MOREIRA RÉGIS, foram abertos os trabalhos e feitos os pregões de estilo, nos autos do procedimento cível de nº0800018-59.2016.8.15.0381, tendo como Promovente NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA e Promovida BRADESCO SEGUROS S/A. Constatou-se a ausência da parte promovida, embora devidamente citada e intimada, conforme AR juntado ao feito. Assim, restou prejudicada a presente audiência. Decreto a revelia da parte promovida. Voltem-me os autos conclusos para os fins de dirieto." Nada mais havendo a tratar, mandou encerrar o presente termo que segue assinado.


JUÍZA DE DIREITO


PROMOVENTE


ADVOGADO DA AUTORA



Havendo interesse de menor, abra-se vista dos autos ao MP.





2ª Vara Mista de Itabaiana
Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000
ITABAIANA
(83) 32181448

Nº do processo: 0800018-59.2016.8.15.0381

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

VISTA MP

Nesta data, faço vista dos autos ao MP.

ITABAIANA,
em 5 de setembro de 2017.

De ordem, RENATA BEATRIZ PEREIRA MACIEL LUCENA

Mat.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA

COMARCA DE ITABAIANA

Processo n.º: 0800018-59.2016.8.15.0381

Referência: Ação de Indenização DPVAT

PARECER MINISTERIAL

Douto Magistrado,

Trata-se de ação de indenização por acidente de trânsito em que a menor impúbere NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, representada por sua genitora, NATALICIA SANTOS DE MELO, pleiteia a indenização de seguro DPVAT em seu nome, conforme pedido exordial, argumentando que o seu genitor, Rosinaldo Rodrigues da Silva, veio a óbito após a ocorrência de acidente de trânsito em 27 de julho de 2015.

Todos os documentos pertinentes à causa foram devidamente juntados aos autos pela promovente (certidão de nascimento da requerente, certidão de óbito, laudo cadavérico e laudo da Polícia Rodoviária Federal).

Devidamente citada, a parte promovida restou revel.



Para fins de averiguar se os interesses da menor NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA estão sendo respeitados, os autos foram enviados ao Ministério Público para análise.

É o brevíssimo relato. Opina-se.

A promovente, NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, devidamente representada por sua genitora, pleiteou em seu nome o direito de receber a indenização do seguro DPVAT decorrente do acidente automobilístico sofrido pelo seu genitor, Rosinaldo Rodrigues da Silva, em 27 de julho de 2015, vindo este a óbito, conforme fartamente demonstrado nos autos.

Consta dos autos que o falecido era solteiro e deixou como herdeira apenas sua única filha, ora promovente, conforme atesta sua certidão de óbito (id. 2724270).

A legitimidade ativa para pleitear indenização de seguro obrigatório DPVAT, de acidentes ocorridos até o dia 28 de dezembro de 2006, deve observar a ordem sucessória dos beneficiários, devendo ser paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente e, na sua falta, aos herdeiros legais.

Após a alteração da Lei 6.194/74, pela Lei 11482/07, houve uma mudança na legitimidade ativa para pleitear a indenização do seguro DPVAT. Em caso de morte da vítima, após o advento da Lei 11.482/2007, a indenização deve ser paga ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros legais, na proporção de 50% para cada um, caso existentes.



No caso dos autos, verifica-se que o falecido era solteiro, deixando apenas a requerente como herdeira, de modo que não se verifica a existência de legitimidade concorrente para pleitear a indenização decorrente de acidente de trânsito.

Assim sendo, o Ministério Público Estadual, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, pugna pelo deferimento do pedido ora postulado.

Enfatiza o Ministério Público que, em sendo concedido o pedido pleiteado nestes autos, deve ser depositado o montante recebido em conta poupança aberta em nome da menor, para fins de resguardar os seus direitos e impedir que seu patrimônio seja usurpado.

Itabaiana/PB, data e assinatura eletrônicas.

ANA CAROLINA COUTINHO RAMALHO CAVALCANTI

Promotora de Justiça



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE ITABAIANA - PB

N.R.S.D.S., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, perante este juízo, requerer que seja feito o julgamento da lide no estado que o processo se encontra, visto que não existem mais provas a serem produzidas, além de ocorrido a revelia da empresa reclamada.

Requer-se, então, que seja feito o julgamento do feito, eis que o mesmo se encontra paralisado desde setembro de 2017, quando fora emitido parecer do Ministério Público.

Nestes termos.

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, 26 de setembro de 2018.

RAFAEL PONTES VITAL

OAB/PB nº 15.534





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Itabaiana

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800018-59.2016.8.15.0381
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

SENTENÇA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. Valor do seguro obrigatório no caso de lesão. DPVAT. Contestação. Valor a ser pago determinado por lei. Obrigação da seguradora de pagar o valor devido. *Quantum* apurado pelo valor devido normativamente. Procedência do pedido.

- O valor a ser pago a título de seguro de acidentes de trânsito deve ser apurado em relação ao quantum total devido, calculando-se o montante conforme os parâmetros fixados por lei.

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança movida por **NATALÍCIA SANTOS DE MELO**, representando a menor **NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA** em face do **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS**, aduzindo a parte promovente, em síntese, que o seu companheiro ROSINALDO RODRIGUES DA SILVA, veio a falecer em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em 27 de julho de 2015, em virtude do qual lhes seria devido o *quantum* do seguro obrigatório.

Juntou documentos.

Não tendo êxito a proposta de conciliação, embora devidamente citada e intimada, sendo decretada a revelia da parte promovida (id nº 4133578);

Parecer ministerial pugnando a procedência da demanda, bem como enfatiza que o valor deve ser depositado o montante em conta poupança aberta em nome da menor, para fins de resguardar os seus direitos e impedir que o patrimônio seja usurpado (id nº 9639273);

Vieram-me os autos conclusos para fins de direito.

É o relatório. Passo a decidir.



A parte autora alega que é credora da promovida, já que não recebeu o valor que lhe seria devido em razão do acidente reportado na exordial (falecimento do companheiro).

Há nos autos prova suficiente de que a morte decorreu diretamente de acidente automobilístico, conforme documentos contidos no id nº 2724275, os quais, para serem validamente refutados pela ré, necessitariam de prova material para que pudessem ter o seu valor probatório desconstituído, o que não ocorreu.

No contexto meritório, ressalto que o valor a ser pago a título de seguro de acidentes de trânsito deve ser apurado em relação ao valor fixado por lei e não com base no salário mínimo. É que o salário mínimo não é fator de correção, sendo aplicado, nos casos de indenização decorrente de seguro DPVAT, apenas como referência para a fixação do valor reparatório devido.

Está evidente nos autos que a parte promovente requer o valor da indenização pelo seguro DPVAT, o qual deve ser percebido no percentual incidente sobre o valor máximo previsto, que corresponde a R\$ 13.500,00, na forma da Lei nº 11.482/2007, a qual alterou as disposições da Lei nº 6.194/74 e já possuía seus preceitos em pleno vigor na data do acidente, porquanto veiculados por meio da MP nº 340/2006.

Ressalto que, no caso dos autos, o acidente resultou na morte do segurado, conforme atestam os documentos juntados à inicial, os quais devem ser considerados como meios de prova idôneos e válidos para os fins instrutórios da lide.

Diante de tal cenário fático, vê-se que o valor devido no caso *sub judice* deve ser proporcional ao evento (100%), ou seja, sobre o valor total segurado de R\$ 13.500,00, conforme os valores normativamente fixados.

Importante ressaltar que a Lei nº 11.482/2007 (art. 8º) alterou os valores das indenizações previstas no artigo acima citado da Lei nº 6.194/74, fixando-o em até R\$ 13.500,00, além de estabelecer normas de processamento do pagamento.

Assim, se o valor da indenização encontra-se normativamente estabelecido pela legislação federal (MP nº 340/2006 convertida na Lei nº 11.482/2007), não se pode pretender o cálculo do montante devido por meio de vinculação ao salário mínimo, como ocorria anteriormente em lides desta natureza, o que atende aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum, não se tratando de atualização monetária de valores devidos pelo seguro.

No caso dos autos, o valor previsto em norma para a morte do segurado (100%) incide sobre R\$ 13.500,00 (Lei nº 11.482/2007), restando ao segurado perceber esse valor total.

Diante do exposto e com fundamento nas Leis nºs 6.194/74 e 11.482/2007, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar, a promovida, a pagar o valor total do seguro obrigatório à parte autora (R\$ 13.500,00 - treze mil e quinhentos reais), com base no percentual previsto na lei para óbito, conforme a prova dos autos e na forma da legislação em vigor.**

O pagamento deverá ser feito mediante depósito em conta poupança a ser aberta pela representante legal da parte promovente, com advertência de que a poupança somente poderá ser movimentada com autorização judicial.

Condeno a ré no ônus sucumbencial, incluindo honorários advocatícios, os quais fixo em 15% sobre o valor da condenação.

Denoto que somente incidirá correção monetária a partir da data do arbitramento, conforme o enunciado 362 da súmula do STJ e correrão juros legais de mora a partir do evento danoso, conforme o enunciado 54 da súmula do STJ.

Superado o prazo recursal *in albis*, aguarde-se, por dez dias, a iniciativa da parte autora, para os fins do art. 523 do Código de Processo Civil.



Publicado e registrado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se.

ITABAIANA(PB), datado e assinado eletronicamente.

MICHEL RODRIGUES DE AMORIM

JUIZ DE DIREITO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE ITABAIANA

Juízo do(a) 2ª Vara Mista de Itabaiana

Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000

Tel.: (83) 32181448; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PROMOVIDA

Nº DO PROCESSO: 0800018-59.2016.8.15.0381

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

Justiça gratuita

AUTOR: N. R. S. D. S.

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: AV BARÃO DO TRIUNFO, 455, VARADOURO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58010-400



De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). MICHEL RODRIGUES DE AMORIM, MM Juiz(a) de Direito deste 2ª Vara Mista de Itabaiana, e em cumprimento à Sentença constante no Id 2724258 dos autos da ação acima referenciada, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, **proceda a INTIMAÇÃO da parte REU: BRADESCO SEGUROS S/A**, através de representante legal, conforme o caso, no endereço acima, acerca do teor da **SENTENÇA** proferida nos presentes autos (conforme números identificadores transcritos abaixo), a qual foi devidamente homologada e publicada no sistema PJE.

Prazo: 15 (quinze) dias para, querendo, recorrer da sentença.



ITABAIANA-PB, em 5 de junho de 2020

De ordem, CYELLE CARMEM VASCONCELOS PEREIRA
Técnico Judiciário





AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DE ITABAIANA

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, perante este juízo e diante do trânsito em julgado do feito, **REQUERER** o **INÍCIO** da **FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, devendo a promovida ser intimada para cumprir com a obrigação de pagar no valor de **R\$ 26.361,39**, conforme planilha de cálculo, tudo nos termos dispostos na sentença que julgou procedentes os pedidos autorais.

Caso não haja o pagamento, requer-se a aplicação das penalidades previstas no artigo 523 do CPC, ou seja, incidência da multa de 10% e dos honorários de 10%.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, 18 de agosto de 2020.

RAFAEL PONTES VITAL



OAB/PB nº 15.534



AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DE ITABAIANA

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, perante este juízo e diante do trânsito em julgado do feito, **REQUERER** o **INÍCIO** da **FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, devendo a promovida ser intimada para cumprir com a obrigação de pagar no valor de **R\$ 26.361,39**, conforme planilha de cálculo, tudo nos termos dispostos na sentença que julgou procedentes os pedidos autorais.

Caso não haja o pagamento, requer-se a aplicação das penalidades previstas no artigo 523 do CPC, ou seja, incidência da multa de 10% e dos honorários de 10%.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, 04 de agosto de 2020.

RAFAEL PONTES VITAL



OAB/PB nº 15.534





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA**



Este cálculo é apenas uma simulação e essa é uma ferramenta de auxílio, portanto, não possui valor legal.

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA
PLANILHA DE CÁLCULOS
RESUMO DO CÁLCULO**

PROCESSO: 0800018-59.2016.8.15.0381

CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA: Índices oficiais (ORTN, OTN, BTN e INPC)

TERMO FINAL (ATUALIZAR ATÉ): 16/08/2020

TAXA DE JUROS MORATÓRIOS: 1,00% a.m. - juros simples - a partir de 21/07/2015

VALORES DEVIDOS

Termo inicial	Valor	Valor corrigido	Juros a partir de	Juros do período(%)	Juros do período(\$)	Total(\$)
30/12/2018	13.500,00	14.237,86	21/07/2015	61,00%	8.685,09	22.922,95
Débitos atualizados até 16/08/2020						R\$ 22.922,95

OUTRAS DESPESAS

#	Tipo de despesa	Valor da despesa	Subtotal(\$)
1	Honorários advocatícios (15,00%)	3.438,44	26.361,39
Total geral da condenação atualizado até 16/08/2020			R\$ 26.361,39

Cálculo realizado em 16/08/2020

Página 1 de 2





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA**



Este cálculo é apenas uma simulação e essa é uma ferramenta de auxílio, portanto, não possui valor legal.

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA
PLANILHA DE CÁLCULOS
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

#1 Termo inicial: 30/12/2018 Valor: 13.500,00				
Data	Índice	Fator	Moeda	Saldo
12/2018	INPC	-	R\$	13.500,00
08/2020	INPC	1,0547	R\$	14.237,86

Cálculo realizado em 16/08/2020

Página 2 de 2



Certidão

Certifico que intimei o Bradesco Seguros S/A, por email 0435.adm.@bradesco.com.br. dia 25/08/2020. O referido é verdade dou fé.

João Pessoa, 27/08/2020

Tarcísio Andrade Guimarães

Of. de Justiça, Mat. 470 823-7



SOLICITAÇÃO HABILITAÇÃO DR. SUELIO MOREIRA TORRES



SUBSTABELECIMENTO

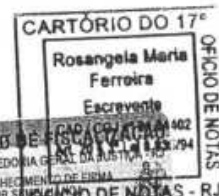
Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S/A**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 114.089. Com escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020 os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012.


Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO
SANTOS (Cod: 08842237167R)
Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012. Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade Serventia _____
30% TJ+FUNDOS
Total _____

Rosângela Maria Ferreira - Aut.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

23º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO GUIDO MACIEL
ARY SUCENA FILHO - TAB. EM EXERCÍCIO
JOSÉ SALMAZO - SUBSTITUTO

AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: 2533-6505 / 2533-8744

ATO Nº 007 PROCURAÇÃO bastante que faz, BRADESCO SEGUROS S.A.,
LIVRO Nº 9473 na forma abaixo:
FOLHA Nº 008

S A I B A M quantos esta virem que aos cinco (05) dias do mês de junho do ano de dois mil e doze (05/06/2012), nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Escrevente, CTPS nº 39850/243-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A., com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista, nº. 1.415, Parte, CEP: 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.055.146/0001-93, neste ato, representada, por seu Diretor Gerente: IVAN LUIZ GONTIJO JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RJ nº 44.902 e no C.P.F. 770.025.397-87, e seu Diretor: HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA, brasileiro, casado, contador, portador da CI/CRC-RJ nº 075823/O-9, inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.039.427-20, ambos domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1.415, Bela Vista, ora de passagem por esta cidade; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26, GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.067-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a Cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007. A presente revoga a procuração lavrada nestas notas, livro nº 9157, fls. 114, ato nº 113, de 08/01/2010. Lavrada sob minuta. Foram expedidas 2 certidões a pedido da OUTORGANTE. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$ 18,03 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$ 6,82 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 5,23 a que se refere a comunicações; R\$ 6,01 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 10,25 a que se refere a Mutua dos Magistrados/ ACOTERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNDPERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 24,51 a que se refere a distribuição. Assim o disse e me pediu que lhe lavrasse a presente que li, aceita e



JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.632.708/11-6

13 07 11

**Bradesco Seguros S.A.****CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091****Grupo Bradesco de Seguros e Previdência****Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia
Geral Ordinária realizadas cumulativamente em 30.3.2011**

Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de março de 2011, às 13h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP.

Quorum: Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os representantes da Bradseg Participações Ltda., única acionista da Sociedade. Verificou-se também a presença dos senhores Marcos Suryan Neto, Diretor Gerente, e Edison Arisa Pereira, representante da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Mesa: Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior.

Convocação: dispensada a convocação por Edital, de conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976.

Ordem do Dia:

Assembleia Geral Extraordinária:

- Examinar propostas da Diretoria para:

- a) aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social;
- b) alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13.

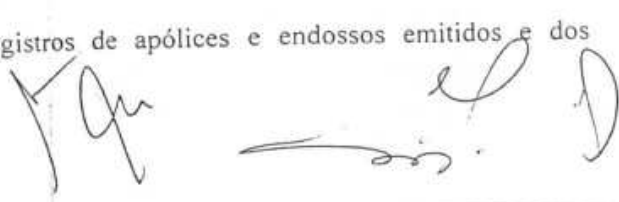


JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .2.

Assembleia Geral Ordinária:

- I) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010;
- II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2010 e distribuição de dividendos;
- III) eleger os membros da Diretoria da Sociedade;
- IV) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores;
- V) ratificar as seguintes designações de Diretor responsável:
 - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;
 - pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade;
 - pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.
- VI) designar, perante a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, o Diretor:
 - de Relações com a SUSEP;
 - responsável pela Área Técnica de Seguros;
 - responsável administrativo-financeiro;
 - responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos.



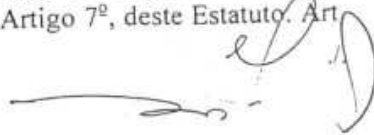
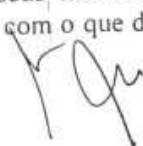
JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 3.

Deliberações:

Assembleia Geral Extraordinária:

- aprovadas, sem qualquer alteração ou ressalva, as Propostas da Diretoria, registradas na Reunião daquele Órgão, de 25.3.2011, a seguir transcritas: "I) Aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Se aprovada esta proposta, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Art. 6º) O Capital Social é de R\$5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais), dividido em 750.693 (setecentas e cinquenta mil, seiscentas e noventa e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal."; II) Alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13. Se aprovada esta proposta, as redações dos Artigos 7º, Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13 do Estatuto Social passarão a ser as seguintes: Art. 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 6 (seis) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 5 (cinco) Diretores. Art. 8º) **Parágrafo Segundo** – Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Gerente. **Parágrafo Quinto** – Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º, deste Estatuto. Art.



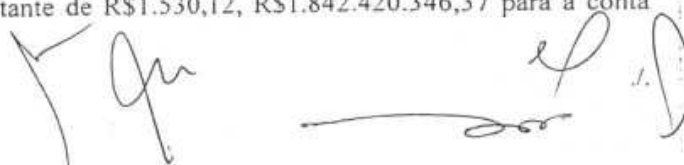
JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .4.

10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; II. distribuir entre os Diretores Gerentes e Diretores, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretores Gerentes: auxiliar o Diretor-Presidente, supervisionando e coordenando as Diretorias que lhe ficarem afetas; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas Diretorias, reportando-se ao Diretor Presidente ou Diretor (es) Gerente (es) a que ficarem subordinados. Art. 13) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I. Diretor-Presidente e Diretor Gerente – menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.”.

Assembleia Geral Ordinária:

- I) tomaram conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes e aprovaram, sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010, de conformidade com a publicação efetivada em 25.2.2011, no jornal “Diário do Comércio”, páginas 17 a 22; e em 26.2.2011, no jornal “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 9 a 18;
- II) aprovada a proposta da Diretoria registrada na Reunião daquele Órgão, de 22.2.2011, para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme segue: “Tendo em vista que esta Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2010 lucro líquido de R\$2.741.493.490,79, propomos que seja destinado da seguinte forma: R\$137.074.674,54 para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal de 2010”; e, após adicionar o efeito positivo referente à realização da “Reserva de Reavaliação”, no montante de R\$1.530,12, R\$1.842.420.346,37 para a conta



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .5.

“Reserva de Lucros - Estatutária de 2010”; e R\$762.000.000,00 para pagamento de Dividendos, o qual foi feito em 29.12.2010.”;

- III) para composição da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, até 30.3.2012, foram reeleitos os senhores: **Diretor-Presidente: Marco Antonio Rossi**, brasileiro, casado, securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores Gerentes: Aurélio Conrado Boni**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428/SSP-SP, CPF 191.617.008/00, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; **Marcos Suryan Neto**, brasileiro, divorciado, securitário, RG 12.925.794-SSP/SP, CPF 014.196.728/51; **Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, Registro nº 44.902/OAB, CPF 770.025.397/87, ambos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Marcio Serôa de Araujo Coriolano**, brasileiro, divorciado, economista, RG 2.686.957/IFP-RJ, CPF 330.216.357/68; **Ricardo Saad Affonso**, brasileiro, casado, securitário, RG 04.388.031-9/IFP-RJ, CPF 531.032.627/87, ambos com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; **Norton Glabes Labes**, brasileiro, casado, securitário, RG 3.594.614-3/SSP-SP, CPF 111.610.008/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; **Enrique Adan Y Coello**, espanhol, casado, securitário, RNE W491.929-4-SE/DPMAF/DPF, CPF 037.520.188-28; **Tarcísio José Massote de Godoy**, brasileiro, casado, securitário, RG 554.548/SSP-DF, CPF 316.688.601/04; e **Alexandre Nogueira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 08.473.020-9/IFP-RJ, CPF 026.251.157/69, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, sendo que permanecerão em suas funções até que os nomes dos Diretores que forem eleitos em 2012 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 136, de 7.11.2005, da Superintendência de Seguros



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .6.

Privados - SUSEP, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

IV) fixados: a) o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, aos membros da própria Diretoria, conforme determina a letra “g” do Artigo 9º do Estatuto Social; b) a verba de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para custear Plano de Previdência Complementar Aberta destinado aos Administradores e Funcionários da Organização Bradesco;

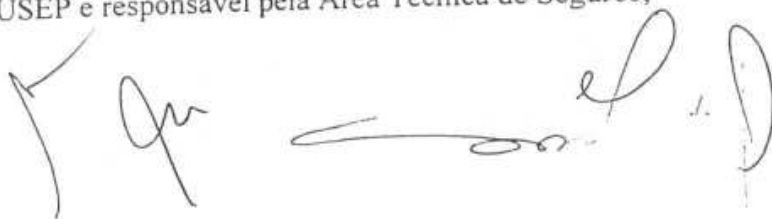
V) ratificadas as seguintes designações:

- senhor *Marcos Suryan Neto* - responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade; e pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes;
- senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa* - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;

VI) designados:

a) o senhor *Tarcísio José Massote de Godoy*:

- 1) em substituição ao senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, como Diretor de Relações com a SUSEP e responsável pela Área Técnica de Seguros;



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .7.

2) em substituição ao senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, como Diretor responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos;

b) o senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa*, em substituição ao senhor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, como Diretor responsável administrativo-financeiro.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

Assinaturas: Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Administrador: Marcos Suryan Neto; Acionista: Bradseg Participações Ltda., por seus procuradores, senhores Carlos Laurindo Barbosa e Johan Albino Ribeiro; Auditor: Edison Arisa Pereira.

Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.



Bradesco Seguros S.A.

Ivan Luiz Gontijo Júnior

Tarcísio Jose Massore de Godoy



Bradesco Seguros S.A.
CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091
Grupo Bradesco de Seguros e Previdência
Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e
78ª Assembleia Geral Ordinária realizadas
cumulativamente em 26.3.2013

Data, Hora e Local: Em 26.3.2013, às 8h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-925.

Mesa: Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa.

Quorum de Instalação: Totalidade do Capital Social.

Presença Legal: Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes.

Publicações Prévias: Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, as Demonstrações Contábeis e o Parecer Atuarial, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012, foram publicados em 28.2.2013, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 153 a 170, e "Diário do Comércio", páginas 21 a 31.

Edital de Convocação: Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Art.124 da Lei nº 6.404/76.

Deliberações:

Assembleia Geral Extraordinária:

- 1) aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a Proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 25.3.2013, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para alterar o Estatuto Social, no Artigo 7º, relativamente à extensão do prazo de mandato dos membros da Diretoria e criando mais um cargo de Diretor Gerente; e no Artigo 13, reduzindo o limite de idade para o exercício do cargo de Diretor-Presidente, de 65 (sessenta e cinco) para 62 (sessenta e dois) anos, e de Diretor Gerente, de 62 (sessenta e dois) para 60 (sessenta) anos, na

4 @ (X) J.



Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .2.

data da eleição, bem como a inclusão de Parágrafo Único, estabelecendo a prevalência dos limites de idade atuais aos Diretores da Sociedade em exercício na data de 25.3.2013.

Em consequência, as redações dos Artigos 7º e 13 do Estatuto Social passam a ser as seguintes: "Art. 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos Administradores eleitos, composta de 3 (três) a 13 (treze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 6 (seis) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 6 (seis) Diretores; Artigo 13) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I) Diretor-Presidente - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade; II. Diretor Gerente e Diretor - menos de 60 (sessenta) anos de idade. **Parágrafo Único** - O limite de idade disposto nos itens "I" e "II" deste Artigo não se aplica aos Diretores da Sociedade em exercício na data de 25.3.2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de menos de 65 (sessenta e cinco) anos na data da eleição para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor Gerente."

- 2) aprovada a alteração da redação da Cláusula Primeira e do Parágrafo Sétimo da Cláusula Terceira da Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, excluindo as Sociedades Alvorada Vida S.A. e Atlântica Capitalização S.A. A mencionada Convenção consolidada será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e ficará arquivada na sede da Sociedade, nos termos da alínea "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

Assembleia Geral Ordinária:

- 1) tomaram conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, das Demonstrações Contábeis e do Parecer Atuarial, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012;
- 2) aprovada a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão, de 28.2.2013, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em

U1 D A 1.1)



Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .3.

livro próprio, para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2012 no valor de R\$3.374.682.178,65, conforme segue: R\$168.734.108,93 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", e, após acrescido do efeito positivo referente à realização da "Reserva de Reavaliação" no montante de R\$1.530,12, R\$1.175.067.122,59 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$2.030.882.477,25 para pagamento de Dividendos, dos quais: R\$976.882.477,25 foram pagos por deliberação da Diretoria, em Reunião de 1º.8.2012; e R\$1.054.000.000,00 serão pagos até 31.12.2013;

- 3) reeleitos, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: *Diretor-Presidente: Marco Antonio Rossi*, brasileiro, casado, bancário, RG 12.529.752-X/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretores Gerentes: Aurélio Conrado Boni*, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; *Ivan Luiz Gontijo Júnior*, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 44.902, CPF 770.025.397/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; *Marcio Serôa de Araujo Coriolano*, brasileiro, divorciado, economista, RG 02.686.957-8/SSP-RJ, CPF 330.216.357/68, com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; *Tarcísio José Massote de Godoy*, brasileiro, casado, securitário, RG 554.548/SSP-DF, CPF 316.688.601/04; *Norton Glabes Labes*, brasileiro, casado, securitário, RG 3.594.614-3/SSP-SP, CPF 111.610.008/87; *Diretores: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa*, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; *Enrique Adan Y Coello*, espanhol, casado, securitário, RNE W491.929-4-SE/DPMF/DPF, CPF 037.520.188-28; *Alexandre Nogueira da Silva*, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 08.473.020-9/IFP-RJ, CPF 026.251.157/69, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; *Mauro Silverio Figueiredo*, brasileiro, separado judicialmente, médico, RG 11.621.057-6/SSP-SP, CPF 045.083.978-83, com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; *Eugênio Liberatori Velasques*, brasileiro, casado, securitário, RG 07.293.428-4/IFP-RJ, CPF 445.999.357/00; e eleito o senhor *Vinicius José de Almeida Albernaz*, brasileiro, casado, economista, RG 08.191.044-0/SSP-RJ, CPF 013.908.097/06, ambos com domicílio na Avenida Paulista,

W D R J



Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .4.

1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP. Todos terão mandato de 1 (um) ano, até 26.3.2014, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2014, e os nomes serão levados à aprovação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Diretores reeleitos e o eleito declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

- 4) fixadas, para o exercício de 2013, as verbas: a) global anual destinadas à remuneração dos Administradores no valor de até R\$9.000.000,00, a ser distribuída em reunião da Diretoria, conforme determina a letra “g” do Artigo 9º do Estatuto Social; b) para custear Plano de Previdência Complementar Aberta aos Administradores da Sociedade no valor de até R\$9.000.000,00;
- 5) ratificadas, perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, as seguintes designações:
 - senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa* - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; e como Diretor administrativo-financeiro;
- 6) designados, perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em substituição ao senhor Tarcísio José Massote de Godoy:
 - senhor *Ivan Luiz Gontijo Júnior* - como Diretor de Relações com a SUSEP; responsável pela Área Técnica de Seguros; e pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade;
 - senhor *Vinicius José de Almeida Albernaz* - como Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; e pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguos aceitos.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .5.

Em seguida, disse o senhor Presidente que todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Disse ainda o senhor Presidente que, nos termos do Parágrafo Terceiro do Artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as publicações previstas em lei serão efetuadas, doravante, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico”.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada. aa) Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Administrador: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Acionista: Bradseg Participações S.A., representada por seus procuradores, senhor Carlos Roberto Mendonça da Silva e senhora Yara Piauilino; Auditora: Luciene Teixeira Magalhães.

Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.


Alexandre Nogueira da Silva


Bradesco Seguros S.A.
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa







SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB, sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S/A E SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2017.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



EM ANEXO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: NATALICIA SANTOS DE MELO

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

ITABAIANA - 2 VARA CIVEL/CRIMINAL

Processo: 08000185920168150381 - ID 081230000005995882

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL					001-9	00190.00009 02836.585006 88068.586176 2 84550002708795				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço										
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO										
CNPJ: 09.248.608/0001-04										
TRIBUNAL DE JUSTICA. PB - PROCESSO: 08000185920168150381 - 09283185000163, ITABAIANA - 2 VARA CIVEL/CRIMINAL										
Sacador/Avalista										
Nosso-Número		Nr. Documento		Data de Vencimento		Valor do Documento		(=) Valor Pago		
28365850088068586		0		30/11/2020		27.087,95		27.087,95		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço										
BANCO DO BRASIL S/A										
Agência/Código do Beneficiário										
2234 / 99747159-X										
Autenticação Mecânica										

BANCO DO BRASIL					001-9	00190.00009 02836.585006 88068.586176 2 84550002708795				
Local de Pagamento										
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO										
Data de Vencimento										
30/11/2020										
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ										
BANCO DO BRASIL S/A										
Agência/Código do Beneficiário										
2234 / 99747159-X										
Data do Documento		Nr. Documento		Espécie DOC		Aceite		Data do Processamento		
29/09/2020		0		ND		N		29/09/2020		
Uso do Banco		Carteira		Espécie		Quantidade		xValor		
0		17		R\$						
Nosso-Número										
28365850088068586										
(=) Valor do Documento										
27.087,95										
(-) Desconto/Abatimento										
(+) Juros/Multa										
(=) Valor Cobrado										
27.087,95										
Informações de Responsabilidade do Beneficiário										
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081230000005995882 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep										
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço										
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO										
CNPJ: 09.248.608/0001-04										
TRIBUNAL DE JUSTICA. PB - PROCESSO: 08000185920168150381 - 09283185000163, ITABAIANA - 2 VARA CIVEL/CRIMINAL										
Código de Baixa										
Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação										
Sacador/Avalista										





Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	15/10/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
15/10/2020	081230000005995882	08000185920168150381	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	27087,95
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
BRADESCO SEGUROS S/A		Jurídica	33055146000193
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
NATALICIA SANTOS DE MELO		FÍSICA	11104020408
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
3EF6499F8093C973			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 02836.585006 88068.586176 2 84550002708795			



CÁLCULO – GARANTIA DO JUÍZO

Execução: R\$ 26.361,39, até 16/08/2020

Valor atualizado até a previsão de depósito

OBS: Retroagimos 2 meses na data de início da correção, pois o indexador estava atualizado até agosto, enquanto o depósito da garantia ocorreu em outubro

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	Retroagimos 2 meses na data de início da correção, pois o indexador estava atualizado até agosto, enquanto o depósito da garantia ocorreu em outubro
Valor Nominal	R\$ 26.361,39
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Junho/2020 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	16/8/2020 a 14/10/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	61 dias	1,007413
Percentual correspondente	61 dias	0,741320 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 26.556,81
Juros(59 dias-2,00000%)	(+)	R\$ 531,14
Sub Total	(=)	R\$ 27.087,95
Valor total	(=)	R\$ 27.087,95

VALOR: R\$ 27.087,95





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2 VARA MISTA DA COMARCA DE ITABAIANA/PB

Processo n. 0800018-59.2016.8.15.0381

BRADESCO SEGUROS S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO

consoante as razões de fato e de direito expostas a seguir:

- DA GARANTIA DO JUÍZO -

DA TEMPESTIVIDADE

A impugnante garantiu o juízo no valor total da execução, atualizada conforme cálculo em anexo, na monta de R\$ 27.087,95 (vinte e sete mil e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), na data de 15/10/2020. Assim, considerando ainda a verossimilhança dos argumentos que ora se apresenta, bem como, tendo em vista o dano irreparável, diante da irreversibilidade na hipótese de liberação dos valores depositados, mormente pela condição de hipossuficiente do impugnado, **requer-se o deferimento do efeito suspensivo até o julgamento da presente impugnação.**



Desta feita, sendo certo que a impugnação deve ser apresentada em até 15 dias após transcorrido o prazo para pagamento voluntário depois da intimação nos termos do art. 523, CPC, **considerando que ainda sequer consta a intimação para pagamento nos autos, tempestiva é a presente, com fulcro no art. 218, §4º, CPC.** Assim requer a Impugnante o recebimento em seu efeito suspensivo e julgamento do presente *petitum*, vez que cumpridas todas as formalidades legais aplicáveis ao caso em questão.

DOS PRESSUPOSTOS PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo Art. 525, §1º do CPC/2015, para que a impugnação a execução seja aceita, necessita preencher os requisitos do referido artigo. No caso em apreço, tem-se que há EXCESSO NA EXECUÇÃO, razão pela qual está cumprido o pressuposto para apresentação da Impugnação. Assim sendo, com fulcro no dispositivo supracitado, vem a Impugnante expor seus motivos para que no final seja julgada procedente a presente impugnação.

DA SÍNTESE DA DEMANDA

O Autor, ora Impugnado, ingressou com ação judicial requerendo a condenação da Ré, ora Impugnante, ao pagamento da indenização securitária por seguro DPVAT, tendo em vista acidente automobilístico ocorrido em 21/07/2015. Diante disso, após todo o deslinde da ação, houve condenação da impugnante.

Ocorre que a sentença proferida consta com erro material e em divergência com a jurisprudência fixada no que tange à fixação dos juros, conforme restará demonstrado. Sendo assim, a ora Impugnante apresentará a seguir seus argumentos, demonstrando o excesso de execução, requerendo desde já que a presente Impugnação a execução seja julgada procedente, por ser esta medida da mais lícita **JUSTIÇA!**

DOS JUROS ARBITRADOS EM DISSONÂNCIA COM A SÚMULA 426, STJ

A sentença prolatada nos autos constou com o seguinte conteúdo:

“Diante do exposto e com fundamento nas Leis nºs 6.194/74 e 11.482/2007, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar, a promovida, a pagar o valor total do seguro obrigatório à parte autora (R\$ 13.500,00 - treze mil e quinhentos reais), com base no percentual previsto na lei para óbito, conforme a prova dos autos e na forma da legislação em vigor. (...) Condene a ré no ônus sucumbencial, incluindo honorários advocatícios, os quais fixo em 15% sobre o valor da condenação. Denoto que somente incidirá correção monetária a partir da data do arbitramento, conforme o enunciado 362 da súmula do STJ **e correrão juros legais de mora a partir do evento danoso, conforme o enunciado 54 da súmula do STJ**” (grifos nossos).



É de ser relevado que a sentença supracitada consta com erro material no que tange à fixação de juros, pois foi baseada em “súmula genérica” quanto à aplicação de juros e não em Súmula específica quanto ao tema. **Certo é que, em relação aos juros aplicados em processos que envolvam Seguro DPVAT, a data de incidência se dá a partir da citação, conforme Súmula 426, STJ**, a saber: “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

Neste sentido, é evidente que a Súmula supracitada deve ser observada no momento do julgamento, **com fulcro no disposto no art. 927, IV, CPC, a saber: “os juízes e tribunais observarão os enunciados das súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional”**. Sendo assim, **perfeitamente cabível a adequação da sentença à jurisprudência, através da presente impugnação à execução com base no excesso**, mormente pelo fato de a sentença não ter observado o enunciado da Súmula vigente para o caso em questão, conforme preconiza o Código de Processo Civil.

Considerando a argumentação supracitada, o cálculo a ser feito para apurar o valor correto devido deve ser feito da seguinte forma:

Valor da condenação: R\$ 13.500,00;

Correção monetária a partir do arbitramento, conforme sentença: 30-12-2018. **OBS:** retroagimos 1 mês da data de início, pois o indexador só estava atualizado até setembro, enquanto o depósito da garantia ocorreu em outubro;

Juros a partir da citação, conforme Súmula 426, STJ: 03-05-2016 (data do recebimento do AR constante nos autos, colacionado abaixo)

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION
	03/05/16
NOME E SOBRENOME DO RECEBEDOR / NOM ET COGNOM DU RÉCEPTEUR	

Data final do cálculo: 15-10-2020 (data do depósito da garantia do juízo). **Frisa-se que, da referida data em diante, o valor está sendo atualizado pela Instituição Financeira, conforme preconiza a Súmula 179, STJ.**

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 13.500,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Novembro/2018 a Setembro/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	3/5/2016 a 15/10/2020



Honorários (%)	15 %
----------------	------

	Dados calculados	
Fator de correção do período	670 dias	1,055807
Percentual correspondente	670 dias	5,580692 %
Valor corrigido para 1/9/2020	(=)	R\$ 14.253,39
Juros(1626 dias-53,00000%)	(+)	R\$ 7.554,30
Sub Total	(=)	R\$ 21.807,69
Honorários (15%)	(+)	R\$ 3.271,15
Valor total	(=)	R\$ 25.078,84

Deste modo, conforme cálculo supracitado, **a exequente faz jus tão somente ao montante de R\$ 25.078, 84 (vinte e cinco mil e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). E, assim sendo, o executado faz jus à devolução de R\$ 2.009,11 e seus acréscimos legais (Cálculo feito: R\$ 27.087,95, do valor depositado a título de garantia, menos o valor considerado devido de R\$ 25.078, 84).**

Diante dos motivos expostos, evidente que o valor postulado na petição de cumprimento de sentença não merece prosperar, requerendo para tanto que seja homologado o cálculo acima apresentado pelo impugnante, com expedição de alvarás para ambas as partes, no valor devido à parte exequente e no valor excedente a ser devolvido ao impugnante, bem como seja extinto o processo, ante a satisfação total da obrigação, nos termos do art. 924, II do NCPC.

Caso paire alguma dúvida, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, suplica a impugnante que sejam os autos remetidos ao crivo do contador judicial para o melhor deslinde da ação e a constatação do real valor da condenação, e do saldo remanescente caso haja, com observância de juros incidindo conforme a jurisprudência supracitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PEDIDO

Dessa forma, por medida da mais lúdima justiça, evitando o enriquecimento ilícito por parte do Impugnado, vem a Impugnante, ante o exposto e por tudo mais que consta no autos, requerer:

Seja recebida a presente impugnação ao cumprimento de sentença, deferindo-se o efeito suspensivo para sobrestar a presente execução do título executivo judicial, na forma do artigo 525 § 6º, do Código de Processo Civil, sob pena de sofrer danos de difícil e incerta reparação, eis que, garantido o Juízo por depósito em dinheiro, o seu levantamento implicará na impossibilidade de ressarcimento no caso de acolhimento da Impugnação, o que se confia;

Sejam julgados procedentes os pedidos do executado para reconhecer o excesso de execução do



cumprimento de sentença, estabelecendo como adequado por tudo o que dos autos consta, a quantia de **R\$ 25.078, 84 (vinte e cinco mil e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**, já liquidada através do depósito da garantia do juízo. Ademais, condenar o exequente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios na forma da Lei;

Seja determinada a **DEVOLUÇÃO do valor excedente depositado e seus acréscimo legais, a saber R\$ R\$ 2.009,11 (dois mil e nove reais e onze centavos)**, através de expedição de OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA, nos termos do parágrafo único, do art. 906, CPC, para fins de devolução à ré do valor depositado nos autos, conforme anexo, e seus acréscimos legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência na conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, do BANCO DO BRASIL S/A.

Assim declarado o excesso, seja julgada extinta a execução, nos termos do art. 924, II do NCPC, sob pena de injustiças. Caso assim não se entenda, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, seja oportunizada a prova necessária para apuração dos cálculos devidos, em observância à jurisprudência informada;

Por fim que haja abertura de prazo para manifestação da parte impugnada, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,
pede deferimento.

ITABAIANA, 21 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Estado Da Paraíba
Poder Judiciário
Comarca de ITABAIANA
JUÍZO DA 2A VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800018-59.2016.8.15.0381

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: N. R. S. D. S.

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

Diante da impugnação apresentada, diga a parte contrária, em 15 (quinze) dias.

ITABAIANA, datado e assinado eletronicamente

Michel Rodrigues de Amorim

Juiz de Direito



AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANA – PB

NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, já qualificada, vem, perante este juízo, apresentar **RESPOSTA** à **IMPUGNAÇÃO**, pelos fundamentos que passa a aduzir.

I. LIBERAÇÃO DA PARTE INCONTROVERSA

Inicialmente é oportuno observar que a promovida reconhece ser devedora da quantia de **R\$27.087,95 (vinte e sete mil e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)**, inclusive já procedendo com o respectivo depósito judicial. Tal quantia se tornou incontroversa, motivo pelo qual a parte autora requer, desde já, a respectiva liberação, devendo, após serem destacados os honorários de sucumbência arbitrados em 15%, serem retidos os honorários advocatícios contratuais de 30%, conforme contrato acostado à presente petição.

Requer-se, assim, a liberação dos valores nos seguintes termos:

DADOS DA AUTORA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGÊNCIA 0733

OPERAÇÃO 013

CONTA POUPANÇA 23101-8

CPF: 133.826.014-60

TITULAR: NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA

DADOS DOS ADVOGADOS

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 3396-0

CONTA 24729-4

TITULAR: GABRIEL PONTES VITAL

CPF: 013.019.224-47

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS: R\$3.533,22



VALOR: R\$16.488,31

HONORÁRIOS CONTRATUAIS: R\$7.066,42

TOTAL: R\$10.599,64

II. JUROS DE MORA – TERMO INICIAL – DATA DO ÓBITO

Consta na sentença que a atualização monetária deve seguir os seguintes parâmetros:

Denoto que somente incidirá correção monetária a partir da data do arbitramento, conforme o enunciado 362 da súmula do STJ e correrão juros legais de mora a partir do evento danoso, conforme o enunciado 54 da súmula do STJ.

Desse trecho da parte dispositiva se infere que a correção é da data da sentença e os juros da data do óbito (evento danoso). A sentença foi prolatada em 30 de dezembro de 2018 e o óbito em 27 de julho de 2015. Esses, inclusive, foram os parâmetros adotados pela autora na petição de cumprimento de sentença.

A promovida, porém, adotou metodologia diversa, querendo induzir o juízo ao erro, pois fez a correção monetária a partir da sentença e os juros de mora a partir da citação, que não é o correto. A decisão deixa clara que os juros se contam a partir do óbito, motivo pelo qual há diferença entre os cálculos da exequente e os da executada.

Não há, assim, maiores discussões, motivo pelo qual deve ser feita a rejeição à impugnação, eis que apresenta atualização monetária em distonia à sentença. Por conseguinte, deve a reclamada ser notificada para pagar o saldo existente, sob pena da aplicação das multas do artigo 523 do CPC.

III. PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se que seja rejeitada a impugnação apresentada e que haja a liberação da parte incontroversa, isso de acordo com os dados já apresentados.

**Nestes termos,
Pede deferimento.**

João Pessoa – PB, 09 de junho de 2021.

**RAFAEL PONTES VITAL
OAB/PB nº 15.534**



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA, brasileira, menor impúbere, inscrita no CPF sob o n.º 133.826.014-60, residente e domiciliada na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58.360-000, Itabaiana – PB representada, neste ato, por sua genitora, a Sra. **NATALICIA SANTOS DE MELO**, brasileira, estudante, portadora do RG n.º 3930338, inscrita no CPF sob o n.º 111.040.204-08, residente e domiciliada na Rua João Batista do Nascimento, 95, Centro, CEP 58.360-000, Itabaiana – PB.

CONTRATADOS: GABRIEL PONTES VITAL, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PB nº 13.694 e **RAFAEL PONTES VITAL**, brasileiro, solteiro, advogado OAB/PB nº 15.534, ambos advogados, com endereço profissional na Av. João Machado, nº. 553, 1º Andar, Sala 116, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa, Paraíba, CEP: 58013-520, e-mail contato@pontesvital.adv.br, onde deverão receber as notificações e intimações de estilo.

Por este instrumento particular, as partes acima qualificadas, daqui em diante denominadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADOS**, têm, entre si, ajustado o presente instrumento contratual de honorários o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições abaixo descritas que reciprocamente aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contratante contrata os serviços profissionais dos contratados para ingressar com uma **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **BRADESCO SEGUROS S/A**

CLÁUSULA SEGUNDA: O contratante, caso procedente a ação, fica obrigado a pagar aos contratados, em moeda nacional, a quantia correspondente a **30% (trinta por cento)** do valor final auferido em decorrência desta ação.

CLÁUSULA TERCEIRA: As custas, despesas judiciais e extrajudiciais que forem necessárias à proteção dos direitos do contratante, bem como eventual sucumbência de custas e honorários da parte *ex-ad-versa*, serão arcadas pelo contratante, cabendo aos contratados, prestar conta do numerário que porventura lhe for entregue, ou ainda, ressarcir-se de eventuais valores a estes títulos pagos pelos contratados em nome do contratante, procedimento este que o contratante desde já autoriza.

CLÁUSULA QUARTA: Considerar-se-á vencido e exigível de imediato o total dos honorários fixados, estando os contratados autorizados a cobrá-los, tão logo o contratante perceba o proveito econômico ou similar, nas seguintes hipóteses: a) no caso de composição amigável ou de não prosseguir a medida judicial por quaisquer circunstâncias não imputáveis aos contratados; b) se for cessado o mandato sem culpa dos contratados; c) se for descumprida qualquer das cláusulas aqui estipuladas.

CLÁUSULA QUINTA: Elegem as partes o Foro desta Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como o único competente, para dirimir todas as dúvidas oriundas deste contrato.

Assim, por estarem justos e contratados, bem como de pleno e integral acordo com todas as cláusulas supramencionadas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa – PB, 18 de agosto de 2015.


NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA
CONTRATANTE


RAFAEL PONTES VITAL
CONTRATADO 1


GABRIEL PONTES VITAL
CONTRATADO 2



em anexo





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2 VARA MISTA DA COMARCA DE ITABAIANA/PB

Processo n.º 08000185920168150381

BRADESCO SEGUROS S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATALLYANY ROBERTA SANTOS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue

Desde já o demandado **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o pedido da parte autora constante no ID [44306488](#) -, pois evidentemente que a Seguradora **NÃO RECONHECE** como sendo devedora da quantia de **R\$27.087,95**. Frisa-se que, conforme claramente exposto na impugnação ID [35797717](#), o valor de **R\$27.087,95** foi depositado a título de **GARANTIA DO JUÍZO**, sendo postulado para ser considerado com correto o cálculo no valor de R\$ 25.078, 84 e DEVOLVIDO o valor de R\$ R\$ 2.009,11 e acréscimos legais.

Sendo assim, reitera o pedido de **DEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO** constante na impugnação à execução e pelo **INDEFERIMENTO** do pedido da parte autora em sua peça ID [44306488](#).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITABAIANA, 2 de agosto de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 02/08/2021 16:01:35
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21080216013417000000044219869>
Número do documento: 21080216013417000000044219869